



A CONTRIBUIÇÃO E OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O FUTURO É AGORA

Eixo 07 - Educação, Comunicação, Práticas Pedagógicas Inclusivas e desafios da acessibilidade

Solange Cristina da SILVA¹
Rose Clér Estivaleta BECHE²

RESUMO

A acessibilidade é um quesito essencial para a inclusão das pessoas com deficiência. Nesse sentido, objetivamos nesse artigo conhecer a contribuição e os desafios da inteligência artificial generativa para a acessibilidade das pessoas com deficiência. A pesquisa foi realizada em quinze de maio de 2025 no pelo Portal de Periódicos CAPES, considerando ACADE/UEDESC, na base de dados Scopus (Elsevier)/Scopus AI. Foram usados os descritores: Acessibilidade AND Deficiência AND Inteligência Artificial Generativa com a pergunta: Qual a contribuição da inteligência artificial generativa (IAGen) para a acessibilidade das pessoas com deficiência? No levantamento foi possível identificar 6 publicações com acesso aberto e integral, as quais foram usadas para a reflexão posta nesse artigo. Os resultados evidenciaram que a inteligência artificial generativa tem o potencial de ampliar a acessibilidade desse grupo, possibilitando maior autonomia e inclusão. Todavia, constata-se desafios a serem ultrapassados como a questão de segurança dos usuários, questões éticas a serem consideradas, riscos de dependência e desafios técnicos na implementação das IAGen. Conclui-se, então, que apesar de se considerar a complexidade para o uso da IAGen, não se pode negar a sua importância como potencializadora da inclusão e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Inclusão; Deficiência; Inteligência Artificial Generativa.

ABSTRACT

Accessibility is an essential requirement for the inclusion of people with disabilities. In this sense, the objective of this article is to understand the contributions and challenges of generative artificial intelligence for the accessibility of people with disabilities. The research was conducted on May 15, 2025, through the CAPES Periodicals Portal, considering ACADE/UEDESC, in the Scopus database (Elsevier)/Scopus AI. The descriptors used were: Accessibility AND Disability AND Generative Artificial Intelligence, with the question: What is the contribution of generative artificial intelligence (GenAI) to the accessibility of people with disabilities? The survey identified 6 publications with open and full access, which were used for the reflections presented in this article. The results showed that generative artificial intelligence has the potential to enhance the accessibility of this group, enabling greater autonomy and inclusion. However, there are challenges

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina: Doutora em Psicologia – UFSC; Grupo de Pesquisa Educação, Artes e Inclusão; solange.silva@udesc.br

² Universidade do Estado de Santa Catarina: Doutora em Educação – Udesc; Grupo de Pesquisa Educação, Artes e Inclusão; rose.beche@udesc.br



to be overcome, such as user safety issues, ethical considerations, risks of dependency, and technical challenges in the implementation of GenAI. It is concluded that, despite the complexities involved in the use of GenAI, cannot deny its importance as an enhancer of inclusion and citizenship. **KEYWORDS:** Accessibility; inclusion; disability; generative artificial intelligence.

1 Introdução

Acessibilidade e inclusão tem uma relação simbiótica, porém há situações em que poderá ter acessibilidade, mas não ter inclusão; o contrário já não é possível. Entendemos por acessibilidade a eliminação das barreiras de todos os tipos, possibilitando o cumprimento do direito a participação, sem restrição ou dificuldade de acesso em qualquer âmbito, numa proposta de acesso a todos (AQUINO; AMARAL, 1998; VIVARTA, 2003; ABNT, 2015; SASSAKI, 2019). A acessibilidade às pessoas com deficiência, apesar de conquistas legais e avanços tecnológicos ainda é uma demanda premente para a inclusão.

A acessibilidade é legalmente garantida e nas políticas voltadas à inclusão ela ganha destaque. Dentre outras, trazemos a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), por ser considerada um marco na defesa dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e ter status constitucional. Em seu protocolo facultativo é designado que: “com a convenção da ONU, se não houver acessibilidade significa que há discriminação, condenável do ponto de vista moral e ético e punível na forma de lei” (BRASIL, 2007, p. 6).

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Art. 3º, parágrafo I, é definido o conceito de acessibilidade como

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Partindo da premissa de que a acessibilidade é direito de todos, trazemos Romeu Sasaki (2019, p. 25), que em seu livro “As sete dimensões da acessibilidade”, considera que há dois princípios fundamentais para se garantir um espaço acessível as pessoas com deficiência. São eles: a) “Princípio 1: onde a pessoa sem deficiência acesso livre tem, a pessoa com deficiência deverá tê-



lo também” e b) “Princípio 2: onde o desenho universal ainda é um hiato, o princípio 1 será aplicado de imediato”. Nesse mesmo livro, o autor traz sete dimensões da acessibilidade para a construção de uma sociedade inclusiva: Arquitetônica (quando não há obstáculos físicos e estruturais no ambiente), Atitudinal (quando as atitudes são inclusivas), Comunicacional (quando não há obstáculos na comunicação interpessoal e no acesso à informação), Instrumental (quando não há obstáculos encontrados nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos), Metodológica (quando não há obstáculos nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação), Natural (quando há harmonia entre as soluções de acessibilidade e o ambiente natural) e Programática (quando não há obstáculos implícito ou explícito nas políticas públicas e normativas institucionais).

Para eliminação ou redução das barreiras nos espaços educativos, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) entra como possibilidade. A partir dele se estimula os professores a reconhecer que cada estudante tem uma maneira única de se expressar, de compreender as informações, e de ser motivado (CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY – CAST, 2025). Sendo assim, o DUA se desenvolve a partir de três categorias principais: 1) Engajamento (o porquê da aprendizagem); 2) Representação (o quê da aprendizagem); 3) Ação e Expressão (o como aprender) (CAST, 2025). A flexibilidade é o condutor principal do DUA e deve estar presente na metodologia, na composição curricular e na forma de apresentação dos conteúdos, incorporando assim, uma variedade de recursos para atender aos diferentes perfis de estudantes, os quais os mesmos podem modular de acordo com suas necessidades (SILVA; FERREIRA, 2019). Para tanto, as tecnologias e a IAGen podem ser utilizadas pelos professores para responder às essas categorias visando a garantia dos direitos de todos a participação.

Para falar de acessibilidade para pessoas com deficiência, faz-se necessário esclarecer o conceito de deficiência. Partimos do aporte teórico dos Estudos da Deficiência, mais especificamente do modelo social, para entendê-la. Assim, a deficiência é compreendida como parte da diversidade humana. Para Diniz (2003) a lesão estaria relacionada à natureza física corporal, como expressão da natureza humana e a deficiência à aspectos sociais, como um conceito amplo e relacional, fenômeno sociológico. Isso nos faz entender que a deficiência tem que ser vista no conjunto biológico, social, político, cultural e econômico que a define, a importância de considerar seus aspectos interseccionais.

Ao considerar a deficiência como uma possibilidade de ser, é importante que espaços e



contextos sociais garantam a acessibilidade considerando essa diferença que compõe a humanidade. Nesse sentido, a Inteligência Artificial Generativa (IAGen) pode ser uma possibilidade de ampliar essa acessibilidade. É importante esclarecer que a IAGen é uma parte da Inteligência Artificial (IA) que consegue criar conteúdo, produzir informações novas. Para Santaella e Kaufman (2024, p. 39):

A IA generativa, distinta dos modelos preditivos de aprendizado de máquina (IA preditiva) – centrados em extrair padrões de dados e fazer previsões em tarefas específicas –, produz conteúdo original a partir de grandes bases de dados, ou seja, usa dados para gerar mais dados, sintetizando texto, imagem, voz, vídeo, códigos.

Considerando os avanços das IAGen e os aspectos aqui apresentados, temos como objetivo principal para esta pesquisa conhecer a contribuição e os desafios da inteligência artificial generativa para a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Para tanto, a pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória descritiva e foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico em quinze de maio de 2025 no Portal de Periódicos CAPES, considerando ACADEMICO/UEFS, na base de dados Scopus (Elsevier)/Scopus AI. Foram usados os descritores: Acessibilidade AND Deficiência AND Inteligência Artificial Generativa com a pergunta: Qual a contribuição e os desafios da inteligência artificial generativa (IAGen) para a acessibilidade das pessoas com deficiência? É importante esclarecer que o uso da IAGen seguiu os parâmetros éticos, sendo que a mesma foi utilizada somente para o levantamento das bibliografias e indicativos teóricos, porém as reflexões aqui apresentadas são autorais.

Na próxima sessão traremos os resultados e discussões emergidos na pesquisa dos dados obtidos nas publicações.

2 Resultados e Discussões

No levantamento foi possível identificar 7 publicações. Entretanto, uma foi excluída por não estar disponibilizada na íntegra de forma gratuita, ficando assim, 6 publicações para análise (Souval et al, 2025; Pierrès, Darvishy e Marcus, 2025; Mitre e Zeneli, 2024; El Morr et al, 2024; Gadekallu et al, 2025; Acosta-Vargas et al, 2024). Todas compõem as reflexões realizadas nesse texto. Os resultados evidenciaram que a inteligência artificial generativa tem o potencial de ampliar a acessibilidade das pessoas com deficiência, possibilitando maior autonomia e inclusão. Todavia, constata-se dificuldades a serem ultrapassadas como a questão de segurança dos usuários,



dependência do usuário, questões éticas a serem consideradas e desafios técnicos na implementação das IAGen.

2.1 Inteligência Artificial Generativa e a Acessibilidade

A IAGen traz várias contribuições para a acessibilidade e proporcionam que a pessoa com deficiência personalize as ferramentas a partir de suas necessidades. De acordo com Pierrès, Darvishy e Christen (2025):

Tecnologias baseadas em GAI, como o ChatGPT, podem ser chamadas de tecnologias assistivas. Esse conceito inclui ‘qualquer item, equipamento, programa de software ou sistema de produto usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência’ (Assistive Technology Industry Association, nd). (2025, p. 8927. Tradução nossa.)

Em relação as tecnologias assistivas baseadas em IA podemos citar a experiência vivenciada no grupo de estudos online do Laboratório de Educação Inclusiva – LEI/UEDESC, no qual participam 267 membros, sendo os mesmos pessoas com e sem deficiência. Para troca de informações, também, foi feito um grupo no *whatsapp*, no qual se usa recursos de TA baseada em IA para descrição de imagem, transformar voz em texto, como por exemplo, Amélie, Zápia Brasil, recurso de acessibilidade do *whatsapp*, dentre outros. É importante destacar que esses recursos não são direcionados somente para pessoas com deficiência, mas para todos/as que deles se beneficiarem, como quando se está numa reunião e não pode ouvir a mensagem, ou quando a descrição auxilia a obtenção de informações detalhadas que passam despercebidas visualmente, etc. Percebemos, o quanto a IA possibilita o acesso e a participação de todos/as.

Pierrès, Darvishy e Christen (2025) analisaram como estudantes com deficiência usam e percebem o ChatGPT como uma ferramenta no ensino superior, tendo como resultado que o ChatGPT oferece oportunidades significativas, podendo auxiliar no ensino, na escrita, na leitura e na pesquisa, ou auto-organização. Traz como exemplo estudantes com deficiência na comunicação como paralisia cerebral, o ChatGPT pode auxiliar na comunicação pela escrita, ao resumir e simplificar o conteúdo pode auxiliar na compreensão dos neurodiversos. Trouxeram como resultado de sua pesquisa com 33 participantes (estudantes universitários com deficiência):



Vinte e três participantes mencionaram diversos resultados positivos associados à utilização do ChatGPT em seus estudos. O alívio pessoal foi a vantagem mais significativa. Em particular, o ChatGPT foi elogiado por sua capacidade de economizar tempo (18), reduzir o esforço ou a dor (9), aumentar a autonomia (8), compensar o suporte inadequado (2) e aumentar a confiança (1) e a motivação (2). (Pierrès, Darvishy e Christen, 2025, p. 8938. Tradução nossa)

Outro ponto positivo trazido nessa pesquisa (Pierrès, Darvishy e Christen, 2025), foi o fato das ferramentas GenAI, a exemplo do ChatGPT, possibilitarem soluções personalizadas e adaptáveis às necessidades das pessoas com deficiência, auxiliando principalmente em atividades educacionais como leitura, pesquisa e escrita.

Em consonância com essa pesquisa, Gadekallu et al (2025) realizaram um estudo com o objetivo de verificar a eficácia do GPT no aprimoramento da acessibilidade e da inclusão para estudante com dificuldades de aprendizagem no ensino superior. Afirmam que “No ensino superior, a implementação da IA pode alterar profundamente as maneiras como ensinamos e aprendemos” (Gadekallu et al, 2025, p. 7. Tradução Nossa). Do mesmo modo, que os autores anteriores, defendem que o GPT tem o potencial de oferecer aos os estudantes recomendações personalizadas, promover maior colaboração e comunicação e melhorar os resultados de sua aprendizagem.

Corroborando com a questão da assistência personalizada, trazemos também, Souval et al (2024, p. 8), que defende que a potencialidade significativa da GenAI para as pessoas com deficiência cognitiva reside na capacidade de servir como um “parceiro cognitivo”, atuando na participação delas em domínios da vida bloqueados ou limitados, como um assistente para tarefas cognitivas complexas, que o autor denominou de “copiloto cognitivo”, como por exemplo, gerenciar tarefas diárias, orçamentos, etc., Ou, ainda, servir como um consultor em situações sociais complexas, denominado por ele de ‘copiloto social’, que pode interpretar linguagem corporal, sugerir expressões adequadas para o contexto, ou auxiliando na tomada de decisões. “A capacidade da IA de remover barreiras e abrir novos caminhos para uma participação inclusiva e equitativa torna-a especialmente relevante para esta população” (Souval et al, 2024, p. 8. Tradução nossa). Nessa direção, El Morr et al (2024) em sua pesquisa, revelaram o potencial da IA para aprimorar a assistência à saúde, defendendo que a GenAI pode melhorar a usabilidade e a acessibilidade de sistemas interativos para pessoas com deficiência cognitiva ao propôr designs mais fáceis de usar.

Em particular, a IA para a área da saúde tem múltiplos benefícios. Ela pode



ser usada para o bem social, como prever o início de doenças, rastrear pandemias e defender pessoas com deficiência. Mais especificamente, avanços no uso da IA estão sendo feitos na informática em saúde, o que pode ajudar a organizar e utilizar dados de saúde. (El Morr et al, 2024, p. 2. Tradução nossa)

Nessa pesquisa, os autores trazem um fato importante que se refere a alta prevalência da perspectiva médica no uso de IA para pessoas com deficiência, sendo que essa concebe a deficiência como um problema a ser curado ou reabilitado e, sendo assim, um problema que requer tratamento ou gerenciamento da área médica. Como exemplo, trouxeram que “a IA tem sido usada para prever a progressão da esclerose múltipla (EM) e para diagnosticar transtornos do espectro autista, frequentemente utilizando dados clínicos e biomarcadores de neuroimagem” (El Morr, 2024, p. 10. Tradução Nossa).

Voltada para a acessibilidade no ensino superior, Mitre e Zeneli (2024) examinam o uso da Inteligência Artificial Interativa para melhorar a inclusão de estudantes com deficiência. Corroborando com os autores mencionados anteriormente, também compreende que a IA, ao criar caminhos personalizados de aprendizagem, aumentar o acesso e apoiar na comunicação em tempo real, pode transformar o processo de aprendizagem de pessoas com deficiência. Traz alguns exemplos, como ferramentas que produzem legendagem e transcrição em tempo real, conversão de texto em fala e fala em texto, auxiliando assim, estudantes com deficiência auditiva e visual a acessar materiais e ter uma participação mais ativa em aula.

Acosta-Vargas et al (2024), em sua pesquisa examina a acessibilidade de ferramentas de IAGen para pessoas com deficiência, utilizando como referência os critérios de sucesso da WCAG 2.2, considerando os aspectos: Perceptibilidade, Operabilidade, Compreensibilidade e Robustez. Ressalta a importância de garantir a acessibilidade de ferramentas de IAGen para pessoas com deficiência, a qual segundo o estudo precisa ser aprimorada.

2.1 Os Desafios no Uso da Inteligência Artificial Generativa para Pessoas com Deficiência

Vários são os desafios a serem superados na implementação e uso das IAGen trazido pelos textos analisados, os quais serão apresentados a seguir.

Na pesquisa (Pierres, Darvishy e Christen, 2025) foram apresentadas as limitações ao uso



do ChatGPT trazidas pelos participantes, sendo essas relacionadas: “à precisão, capacidade, estilo de escrita, habilidades humanas necessárias e inacessibilidade da plataforma” (p. 8939. Tradução nossa). Ainda nessa pesquisa, algumas preocupações e desafios também foram levantados relacionados à acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior: “1) dependência excessiva e impacto nos estudos, 2) trapaça e plágio, 3) privacidade de dados e 4) perda de contato humano.” (Idem., 2025, p. 8939. Tradução nossa).

Esses autores (Ibidem, 2025) apoiados em Trewin (2018) enfatizam a categoria diversa e evolutiva que é a deficiência e com essa diversidade de características, os algoritmos de aprendizado de máquina poderão trazer a deficiência como ruído e não identifique como uma categoria ou padrão, podendo assim, não funcionar para pessoas com deficiência como funciona para as sem deficiência e esses grupos serem representados de forma negativa e capacitista, a exemplo de sistema não treinado para interpretar textos com ortografia ou fraseado atípicos como dos disléxicos. A que se considerar que algumas IAGen têm restrições em sua versão gratuita, aumentando ainda mais os desafios enfrentados por esses sistemas pelas pessoas com limitações financeiras. Entretanto, nessa pesquisa no ensino superior (Pierrès, Darvishy e Christen, 2025), nenhum caso de deturpação de deficiência pelo ChatGPT foi relatado.

O ChatGPT parece fornecer respostas corretas para dar suporte a alunos com deficiência no ensino superior (Zhai, 2023). O OpenAI visa filtrar conteúdo prejudicial e incentiva os usuários a dar feedback quando encontrarem algum (OpenAI, 2022). No entanto, como vários casos de preconceitos sexistas e racistas implícitos foram relatados nas mídias sociais, alguns dos quais foram abordados (Davey, 2023), ainda deve-se ter cautela ao usar modelos de linguagem GPT em aplicativos mais recentes. (Pierrès, Darvishy e Christen, 2025, p. 8929 Tradução nossa)

Essa questão, também, é apresentada por El Morr et al (2024) que constataram alta prevalência de um modelo médico restrito de deficiência e uma perspectiva capacitista na pesquisa em IA emergindo preocupações em relação a perpetuação de preconceitos e discriminação contra pessoas com deficiência no desenvolvimento e implantação de tecnologias de IA. Para tanto, os autores reforçam que questões éticas devem estar na vanguarda do desenvolvimento da IA garantindo a transparência, a justiça e a eliminação de preconceitos.



A questão da acessibilidade é também tema de estudo de Acosta-Vargas et al (2024) que resultou na “constatação da presença de barreiras significativas de acessibilidade nos aplicativos avaliados, que prejudicam particularmente pessoas com deficiência” (2024, p. 1618. Tradução nossa). Deste modo, relata que

Ao priorizar a acessibilidade desde o início do desenvolvimento, é possível alinhar-se aos padrões WCAG, abordando efetivamente os desafios multifacetados inerentes à acessibilidade de ferramentas de IA generativa. Essa postura proativa garante a conformidade regulatória e defende os imperativos éticos e morais de facilitar a participação social equitativa, independentemente da capacidade”. (2024, p. 1618. Tradução nossa)

Esses autores (Acosta-Vargas et al, 2024), sugerem para melhorar a acessibilidade dessas ferramentas: Design Centrado no Usuário; aplicações de IAGen projetadas considerando as necessidades e capacidades de todos os usuários, inclusive os com deficiência e envolvendo estes últimos em testes para identificar e corrigir problemas de acessibilidade.

A questão de privacidade dos usuários, principalmente das pessoas com deficiência, consideradas mais vulneráveis, é outro desafio trazido pelos autores (El Morr et al, 2024; Gadekallu et al, 2025; Pierrès, Darvishy e Christen, 2025; Mitre e Zeneli, 2024, Souval et al, 2024). Gadekallu et al (2025) afirmam que é fundamental conseguir o equilíbrio entre privacidade e personalização. Corroborando com isso, Mitre e Zeneli (2024) defende que, “o design e a implantação da IA na educação devem ser guiados por princípios éticos como governança, transparência, responsabilidade, privacidade e segurança, design centrado no ser humano, sustentabilidade e inclusão” (p. 6, Tradução nossa).

Outra preocupação abordada no estudo de Pierrès, Darvishy e Christen (2025) refere-se sobre a veracidade e confiabilidade das informações, exigindo uma avaliação crítica dos usuários, o qual não pode ser penoso para os estudantes com deficiência. De acordo com Souza, Müller e Reis (2024, p. 10),

A credulidade apresenta-se como um problema epistemológico para aquelas pessoas que se apropriam das respostas geradas pela IA generativa sem revisar e avaliar adequadamente as informações fornecidas. Essa postura torna-se indesejável, especialmente em contextos de desconhecimento sobre determinado assunto, pois as respostas fornecidas pela IA, sem uma análise



crítica do usuário, não podem ser consideradas confiáveis ou dignas de crédito. A credulidade, nesse sentido, enfraquece o rigor epistêmico necessário para o desenvolvimento de práticas informacionais confiáveis, impulsionando o problema da desinformação e degradando o ambiente epistêmico.

Além dessas preocupações discutidas anteriormente, a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência já mencionada, é trazida por alguns autores com sugestões de encaminhamentos para seu aprimoramento. Diversos autores (Mitre e Zeneli, 2024; El Morr et al, 2024, Souval et al, 2024) expressam a necessidade de envolver pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento das IAGen para garantir que suas necessidades sejam atendidas. Souval et al (2024) nos alerta que apesar do grande potencial da AIGen para promover inclusão e empoderamento das pessoas com deficiência, é importante mais do que inovação tecnológica, é preciso mudança de atitude da sociedade e o envolvimento desse grupo no processo de desenvolvimento da IA.

Considerações Finais

Essa pesquisa objetivou conhecer a contribuição e os desafios da inteligência artificial generativa para a acessibilidade das pessoas com deficiência. Nesse sentido, destacamos que é notório o potencial significativo que a IAGen tem para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Todavia, os desafios não são poucos, como a questão de segurança dos usuários quando há falta de privacidade de dados; questões éticas a serem consideradas no sentido do uso irresponsável com plágio e sem conferência de autoria; riscos de dependência excessiva pelos usuários gerando perda de contato humano, e desafios técnicos na implementação das IAGen para não tornarem uma ferramenta que exclui pessoas com deficiência.

Para superar esses desafios, envolve para além de tecnologia, uma cultura de inclusão que gerencie o desenvolvimento das IAGen e que busque a participação das pessoas com deficiência em todo o processo com vista a atender suas necessidades, bem como um trabalho interdisciplinar, colaborativo e ético.

Sabemos que o que é acessível para uma pessoa pode ser barreira para outra. Deste modo, não é possível entender a acessibilidade de forma isolada e simplesmente técnica. Ao partirmos do



pressuposto que acessibilidade se faz no encontro, a intervenção humana é fundamental, seja no desenvolvimento da IAGen, seja na sua utilização e avaliação, e a participação das pessoas com deficiência nesses processos é essencial para qualificar essa ferramenta.

É importante deixar claro as limitações deste estudo no que se refere a busca em apenas uma base de dados, que apesar desta ser robusta, é uma dentre muitas outras, limitando assim os dados para análise e as generalizações. Contudo, nosso entendimento é que essa pesquisa pode contribuir com outras para obtenção de resultados mais aprofundados.

Concluimos, então, que apesar de se considerar a complexidade para o uso da IAGen por pessoas com deficiência, não se pode negar a sua importância como potencializadora da inclusão, autonomia e cidadania. Para tanto, é fundamental termos como base uma abordagem de justiça social, priorizando que as IAGen sejam projetadas em parceria com as pessoas com deficiência para garantir sua acessibilidade, seu emponderamento e romper com o capacitismo, para que o futuro de uma sociedade equitativa e inclusiva que tanto desejamos, seja agora.

Referências

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050/2015**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ACOSTA-VARGAS, P. et al. Generative artificial intelligence and web accessibility: towards an inclusive and sustainable future. **Emerging Science Journal**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://ijournalse.org/index.php/ESJ/article/view/2399/pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

AQUINO, Julio Groppa.; AMARAL, Lígia Assumpção. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 07/07/2015, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Especial para Integração da Pessoa com Deficiência. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE, 2007.



BRUCE, A.; WILLIAMS, L. A. **Access and citizenship for those with disabilities: digitally enabled education and AI as a bridge to innovative inclusion**. In: Digital Citizenship and the Future of AI Engagement, Ethics, and Privacy. [S.l.]: [s.n.], 2025. Disponível em: <https://www-scopus-com.ez74.periodicos.capes.gov.br/record/display.uri?eid=2-s2.0-86000126026&origin=scopusAI>. Acesso em: 16 maio 2025.

CAST – CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY. **About Universal Design for Learning**. 2013. Disponível em: <http://www.cast.org/our-work/about-udl.html#.WSoRamjyvIU>>. Acesso em: 1 abril. 2025.

DINIZ, Debora. Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, [s. l.], v. 28, p. 1-8, 2003. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO_ModeloSocialDeficiencia.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2017.

EL MORR, C. et al. AI and disability: a systematic scoping review. **Health Informatics Journal**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/14604582241285743>. Acesso em: 16 maio 2025.

GADEKALLU, T. R. et al. The role of GPT in promoting inclusive higher education for people with various learning disabilities: a review. **PeerJ Computer Science**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11888875/>. Acesso em: 16 maio 2025.

MITRE, X.; ZENELI, M. Using AI to improve accessibility and inclusivity in higher education for students with disabilities. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION TECHNOLOGY BASED HIGHER EDUCATION AND TRAINING – ITHET, 21., 2024. Anais [...]. [S.l.]: IEEE, 2024. Disponível em: <https://ieeexplore-ieee-org.ez74.periodicos.capes.gov.br/document/10837607>. Acesso em: 16 maio 2025.

PIERRÈS, O.; DARVISHY, A.; CHRISTEN, M. Exploring the role of generative AI in higher education: semi-structured interviews with students with disabilities. **Education and Information Technologies**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10639-024-13134-8>. Acesso em: 16 maio 2025.

SANTAELA, L.; KAUFMAN, D. A inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano. **MATRIZES**, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/210834>. Acesso em: 01 jun 2025

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As sete dimensões da Acessibilidade**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

SILVA, Solange Cristina da; FERREIRA, Taísa Gomes. Desenho universal para aprendizagem: do conceito à prática inovadora para a inclusão social. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 17945-17951, 2019. Disponível em:



<<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/3627>>. Acesso em: 30 out. 2021.

SOUVAL, D. H. et al. Transforming perceptions: exploring the multifaceted potential of generative AI for people with cognitive disabilities. **JMIR Neurotechnology**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://neuro.jmir.org/2025/1/e64182>. Acesso em: 16 maio 2025.

SOUZA, M. V. de; MÜLLER, F. M.; REIS, C. da S., Gestão e Mídia do Conhecimento: Educação em rede e os desafios da Inteligência Artificial Generativa na escrita acadêmica. **NAVUS**, 2024. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/206>. Acesso em: 02 jun 2025

TREWIN, S. (2018). AI fairness for people with disabilities: Point of view. **arXiv Preprint** arXiv:1811.10670.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **Mídia e Deficiência**. São Paulo: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20278.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.